

## **O MIRANTE** online

SECÇÃO: Sociedade

**Padres participam em cerimónias oficiais e municípios organizam missas**

# **Câmaras municipais continuam a privilegiar a Igreja Católica**

**Portugal é um Estado laico, mas a ligação do poder à Igreja Católica é muito forte. Um facto que parece ser encarado com conformismo pelas outras religiões.**



Apesar de Portugal ser um Estado laico e da legislação estabelecer a liberdade religiosa, dizendo que nenhuma igreja ou comunidade deve ser discriminada relativamente às outras, há actos públicos que não dispensam a presença de sacerdotes católicos. E continua a haver procissões e missas organizadas por câmaras municipais. Como aconteceu em Santarém no dia de S. José (19 de Março), feriado municipal. O município promoveu uma missa campal no Largo do Seminário e uma procissão por algumas ruas do centro histórico porque a Igreja Católica é dominante em Portugal. Essa foi a explicação do presidente da autarquia, Francisco Moita Flores (PSD).

No dia 3 de Março, na entrega de doze casas de habitação social da Câmara de Santarém, em Vale de Figueira, lá estava um padre para abençoar o momento. O Artigo 4º da Lei nº 16/2001, de 22 de Junho, diz que nos actos oficiais e no protocolo de Estado será respeitado o principio da não confessionalidade. Mas Moita Flores considera que a manifestação de fé da

Igreja Católica é de grande dimensão. Realça ainda o facto das outras igrejas não terem a influência que tem o catolicismo. Sobre a missa e a procissão, o autarca justifica as manifestações com o facto de não ver “nenhuma religião com força em Santarém para uma grande manifestação além da Católica”, mas ressalva que o município está aberto a colaborações com todas as igrejas e credos.

No feriado municipal de Tomar, que se comemorou a 1 de Março, a câmara municipal também fez distribuir um “programa da cerimónia oficial do dia de Tomar”, onde se incluía uma missa de acção de graças na igreja de São João Batista. O presidente do município, António Paiva (PSD), descarta responsabilidades dizendo que foi a igreja, através do padre João Borga, que “há seis anos decidiu aliar-se à cerimónia com a celebração de uma missa”. Mas o autarca diz que vê com bons olhos o facto de outras religiões se quererem associar, à semelhança do que acontece com as várias associações do concelho.

As outras religiões parecem aceitar com conformismo as ligações do poder político à Igreja Católica e não levantam grandes ondas. O líder da comunidade islâmica em Portugal, o sheik David Munir, é da opinião que o país é maioritariamente católico e por isso não se importa que haja ligações entre as câmaras e essa religião. “Não me choca esta situação. No caso da participação de um padre católico numa cerimónia de entrega de casas sociais é melhor alguém estar lá para benzer as habitações do que estas não serem benzidas”, sublinha acrescentando que se alguém os convidar para estarem em cerimónias públicas também estarão.

Pedro Candeias, das Testemunhas de Jeová, prefere dizer que não comenta estas situações nem quer interferir com as questões políticas. E acrescenta que a sua religião “defende e procura os direitos que tem e, de acordo com eles, ter acesso ao que precisa para praticarem a sua missão”.

**Por: António Palmeiro**